

Política

CONSTITUINTE

Passou a emenda Lucena: com ampla maioria (344 votos, ressalvado um parlamentar que reclamou do painel), o sistema brasileiro de governo será exatamente o que o presidente Sarney desejava.

É presidencialismo

Numa votação que contou com a totalidade dos 559 constituintes, episódio lembrado como inédito desde que o Poder Legislativo funciona em Brasília, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou ontem, com 344 votos a favor, a emenda Humberto Lucena, que mantém no País o sistema presidencialista de governo e fortalece o Congresso, com a criação da moção de censura, aplicável a ministros de Estado.

A emenda Lucena substitui os dispositivos que tratam da Presidência da República, constantes do Capítulo II, Seção I do Título IV do projeto da futura Carta. Apresentada com 353 assinaturas, a emenda é resultante da fusão de quatro outras, de iniciativa do senador Edison Lobão e os deputados Vivaldo Barbosa, Teodoro Mendes e Maurício Ferreira Lima.

O anúncio do resultado foi proclamado por Ulysses Guimarães exatamente às 18h10; 344 votos a favor, 212 contra e três abstenções. A vitória dos presidencialistas apresentou uma vantagem de 132 votos sobre os parlamentaristas e 64 além do quórum regimental (280 votos).

Discursos

O primeiro a falar foi o autor da emenda vitoriosa, senador Humberto Lucena. Ele sustentou a tese de que, ao contrário dos críticos, foi o sistema presidencialista que, ao longo dos anos, assegurou os grandes avanços sociais no País.

Para o senador parabaiano, a manutenção do sistema presidencialista é o que mais convém, principalmente por assegurar eleições diretas para a escolha do presidente da República. A proposta, lembrou que a grande maioria dos brasileiros, especialmente os jovens, ainda não votou para presidente da República.

Luiz Viana Filho (PMDB-BA) subiu à tribuna, em seguida, com parte do plenário (a parlamentarista) aplaudindo-o de pé. Estava emocionado. Em seguida, pediu licença aos colegas para ler trecho de um "Diário do Congresso". Era uma contundente condenação do sistema parlamentarista. No final, arrancou aplausos e risos do plenário, ao anunciar que aquelas palavras haviam sido proferidas justamente pelo autor principal da emenda presidencialista, Humberto Lucena.

Depois de alguns oradores usarem o microfone (além do número previamente estabelecido, o que acabou gerando um rápido tumulto no Plenário), coube ao senador Afonso Arinos o último e o mais bonito dos discursos. Na defesa do parlamentarismo, falando de improviso, começou por citar Camões: "Não sou como o velho do Resto, que só falava dos malefícios do futuro". Disse não ver as coisas com a luz do nascente, que, muito forte, não permite visão nítida. Vê com a luz da tarde da cronologia, a luz que traz serenidade e desejo de convivência e a que serve à meditação desapaixonada. Era assim que, nessa etapa da vida, fazia apelo, "do fundo do coração, a correligionários e adversários, para meditar em sobre o País".

Por último, o relator Bernardo Cabral foi chamado a dar seu parecer. Ele começou tentando defender Luiz Viana das acusações de que servira a um dos governos militares. A seguir, lembrando que sua posição sempre foi a favor do parlamentarismo, pediu a rejeição da emenda, alegando as imperfeições técnicas e estar em contradição com o que já foi aprovado.

No final da votação do sistema de governo, um fato curioso: o deputado Gil Cesar (PMDB-MG) pediu para ser registrado o seu voto contrário ao presidencialismo em ata, como é de praxe nos finais de votação em que o constituinte acha que errou ao votar ou o painel registrou errado. O presidente da Mesa concordou em registrar em ata que o deputado pediu esta correção. Oficialmente, entretanto, a votação continua sendo 344 votos. Este tipo de pedido é bastante comum em votações decisivas.

Alvorço

Um dispositivo da emenda Humberto Lucena "descoberto a tempo" pelo ministro das Minas e Energias, Aureliano Chaves, que se comunicou com o autor, o que permitiu a correção do texto, causou alvoroço em Brasília na noite de segunda-feira. O dispositivo dizia que o presidente da República "poderá delegar as atribuições de exercer o comando supremo das Forças Armadas, promover os oficiais-generais das três Armas e nomear os seus comandantes aos ministros de Estado ou aos procuradores-gerais da República e da União.



Votos totalizados: festa dos presidencialistas.

Roupa suja: quem são os culpados pela goleada?

Por Sérgio Rondio, enviado especial a Brasília.

A barulhenta algazarra dos vitoriosos, no plenário ou no saguão, parecia a de um time campeão. Enquanto isso, de cabeça baixa, os perdedores procuravam explicações para uma derrota que nenhum deles imaginava tão grande. Quem são os culpados pela goleada?

Deputados do PMDB apontavam para a "ingenuidade" dos partidos de esquerda — PT e PDT — ao se aliarem aos governistas contra o parlamentarismo, pressupondo que depois ganhariam o mandato de quatro anos. "Não importa", dizia o deputado Hélio Duque (PMDB-PR), "que os pouco mais de 40 votos desses partidos fossem insuficientes para aprovar o parlamentarismo. O que vale é que eles ajudaram o governo, dando as suas forças um componente psicológico de vitória".

"Isso não é real", rebatia o deputado petista Plínio de Arruda Sampaio. "Primeiro, porque a posição do PT foi nítida todo o tempo, em defesa do presidencialismo e dos quatro anos. Segundo, porque a votação aqui não foi emocional, sujeita a componentes psicológicos. Estava tudo articulado pela corrente governista — e aqui o acusado deve ser o PMDB, que com sua vacilação deixou a coisa chegar nesse ponto".

Sampaio referia-se ao longo vaivém dentro do PMDB, incluindo-se aí os esforços de última hora desenvolvidos por Ulysses Guimarães para conseguir um acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos de mandato. "O velho pressentia tudo", garantia outro peemedebista que preferia não se identificar por não ser envolvido "no sempre doloroso processo de lavagem de roupa suja". E perguntava: a intranquilidade do grupo do senador Mário Covas, que inviabilizou os esforços de Ulysses, também não seria culpada pela derrota? Se ele, Covas, vinha dizendo há dias que a

vitória presidencialista levaria inevitavelmente aos cinco anos, por que não tratou de ajudar Ulysses a garantir o parlamentarismo?

"De jeito nenhum", respondia o deputado José Serra (PMDB-SP). "Rejeitamos esse acordo porque estávamos interessados em buscar a governabilidade do País. Parlamentarismo com cinco anos seria muito pior, porque poderia comprometer definitivamente o novo regime e o próprio processo democrático. Teríamos um período explosivo — e se vamos tê-lo é melhor que a culpa pela crise não seja transferida para o Parlamento. Que o governo Sarney assumia sozinho a responsabilidade pelos seus atos".

Mesmo rejeitando esse acordo, no entanto, Serra ressalva a posição de Ulysses Guimarães: "Quando tentou evitar o impasse, ele agiu como um estadista. Pensava nas futuras gerações". E se Ulysses tivesse conseguido? Daria no mesmo, garante o deputado Osvaldo Macedo, do PMDB paranaense: "Com acordo ou não, a fisiologia venceria".

E é esse ponto o único em que todo o time dos perdedores está de completo acordo: o poder de pressão do governo foi tremendo e decisivo. "Isto é o presidencialismo", dispara Hélio Duque: "Um governo corrupto e desacreditado ganha facilmente a maioria no Congresso. A força desse poder é tão grande que só conseguimos uma vitória em todos esses anos, quando derrubamos aquele decreto 2.064 que queria impor um arrocho salarial. Mesmo assim, 24 horas depois veio o decreto 2.065 e o arrocho ganhou". E completa, enfurecido: "— No tempo dos militares, a corrupção pelo menos tinha uma hierarquia. Agora prevalece em todos os setores. Com Sarney desapareceram a ética e a moral. Este é um governo de batedores de carteira.

Nos números, a conclusão: muitas traições no PMDB.

Os cálculos do líder governista, deputado Carlos Sant'Anna estimavam em 310 os votos a favor do presidencialismo, sem contar os 16 representantes do PT, que ele acreditava iriam se abster para permitir a aprovação do parlamentarismo. Houve traições, mudanças de última hora, mas o furo ocorreu mesmo no PMDB que segundo o líder governista, colaborou com 18 votos não esperados a favor da emenda do senador Humberto Lucena.

Parlamentaristas ligados ao líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, admitem contudo que a mudança de posição do parlamentarismo para o presidencialismo, nas últimas horas, deve ter alcançado cerca de 35 peemedebistas. Mas o secretário-geral do partido, deputado Milton Reis, que fez levantamento cuidadoso durante um mês, acha essa avaliação exagerada. E embora admita a ajuda dos correligionários, para ele o número não deve ter passado de 25.

De qualquer forma, a "traição" desses peemedebistas se revelou inútil, pois a proposta do presidente do Senado teria sido aprovada de qualquer maneira, já que obteve 344 votos no total, quando apenas 280 teriam sido necessários. Poucos levaram a sério a pesquisa do deputado Milton Reis, mas ele mesmo nunca duvidou da vitória, a qual comunicou, ontem, exultante, ao presidente Sarney, durante um momento telefonema.

Não houve grandes surpresas nos demais partidos, cujos votos praticamente confirmaram todas as pesquisas. As maiores variações ficaram mesmo por conta do PMDB, onde os parlamentaristas acreditavam ter garantido os votos suficientes para a vitória. O resultado revelou a fragilidade das avaliações e da convicção manifestadas por esses parlamentares, que cedem às pressões e aos apelos do governo nas últimas 24 horas.

Os coordenadores do movimento parlamentarista manifestavam ontem reserva com relação aos números, evitando acusar quem quer que fosse. Um deles, o senador José Richa, admitiu que o grupo chegou a somar 251 constituintes a favor da emenda parlamentarista, mas não quis informar quantos peemedebistas mudaram de posição nas vésperas da votação. Em todos eles percebia-se decepção e constrangimento diante do assunto.

A comparação dos levantamentos realizados pelos liderados do senador Mário Covas mostra que 16 peemedebistas mudaram de opinião nas últimas horas, em favor do presidencialismo. Os cinco considerados indecisos — Geraldo Melo, Osmir Lima, Marlan Gadelha, Renato Bernardi e Santinho Furtado — também apoiaram a emenda Humberto Lucena. Entre as maiores surpresas, o deputado Fernando Bezerra Coelho, tido como parlamentarista doutrinarista e que votou pela manutenção do atual sistema de governo.

Parlamentares de Pernambuco garantem que tudo não passou de uma manobra estratégica do governador Miguel Arraes, que teria liberado o deputado para votar pela manutenção do parlamentarismo, para evitar um confronto com o presidente José Sarney no momento, transferindo-o para a votação das disposições transitórias. É essa parte da Constituição que será fixada a duração do mandato de Sarney.

Mas houve algumas mudanças inesperadas para a liderança do PMDB na Constituinte, como a que ocorreu com os constituintes Lélcio de Souza, Lúcia Vânia, Onofre Vieira e Ronaldo Aragão. Considerados presidencialistas, os quatro se manifesta-

ram contra a emenda do senador Humberto Lucena.

Os cálculos mais aproximados foram realizados pela liderança do PFL e por parlamentares ligados ao presidente José Sarney, como o deputado Luiz Eduardo, filho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. O líder José Lourenço estimava em 100 os peefelistas que apoiariam a proposta Humberto Lucena. O deputado Luiz Eduardo foi mais longe e avaliou entre 110 e 120 o número de peefelistas aliados do presidente Sarney. A folha de votação mostra que 112 representantes do partido são presidencialistas.

Mas o resultado da votação acabou surpreendendo a todos, presidencialistas e parlamentaristas, que sempre consideraram a disputa acirrada, prevendo que nenhum grupo ganharia por mais de 20 votos, no máximo. A diferença, porém, acabou sendo de 64 constituintes a favor da manutenção do atual regime. O desfecho de ontem não garante que a Constituinte aprovará cinco anos de mandato para o presidente Sarney, mas é um indicador de que isso pode ocorrer.

Dos 344 votos a favor do presidencialismo, apenas 52 podem ser considerados definidos pela redução do mandato do presidente José Sarney. São 24 do PDT, 16 do PT e 13 do PFL, que apoiaram a emenda Humberto Lucena. É claro que esses não são os únicos constituintes que votaram pelos quatro anos, pois muitos parlamentaristas também o farão.

Entusiasmado, no entanto, pela confirmação das duas pesquisas, o deputado Milton Reis garante que a Constituinte vai dar cinco anos de mandato para Sarney, calculando, se estiverem presentes os 559 parlamentares, que isso se dará por um mínimo de 315 votos e um máximo de 330. A avaliação é confirmada por muitos parlamentaristas, sob o argumento de que a aprovação do presidencialismo com cinco anos para o futuro presidente vigorou politicamente José Sarney, que a partir de agora está em condições de lutar para permanecer mais tempo no poder.

Pressões

Muitos votos foram mudados no último momento, segundo admitiu o deputado Luiz Eduardo Magalhães, citando entre eles, os constituintes Wilma Maia, Lavoisier Maia, Henrique Eduardo, Ismael Wanderley, Expedito Machado, Leir Lomanto, José da Conceição e José Geraldo Ribeiro. O voto do deputado José da Conceição a favor do presidencialismo foi obtido pelo secretário de Assuntos Municipais de Minas Gerais, enquanto o deputado José Geraldo, dono da Engensoil, teria cedido diante da circunstância de ser proprietário de uma empreitada com muitos interesses junto ao governo mineiro. Luiz Eduardo errou, porém, ao avaliar que a deputada Maria Abadia, do PFL do Distrito Federal, faria o mesmo: ela ficou contra a emenda presidencialista.

A aprovação de cinco anos para o futuro chefe do Executivo, às 21 horas de ontem, desaconselha esperanças com relação à redução do mandato do presidente José Sarney, que sempre advertiu que não aceitar a ser discriminado, e se a Constituinte aprovasse cinco anos para seu sucessor, ele também exigiria o mesmo tratamento. E ele deve fazer isso recorrendo aos mesmos argumentos e já falando mais alto do que até então. Com um detalhe: o governo errou apenas na avaliação da posição de um dos 75 senadores, calculando que João Lobo votaria contra a emenda Humberto Lucena: ele votou a favor.

SIM: 344 PELO SISTEMA PRESIDENCIALISTA.

Abigail Farias	Não	Antonio Ueno	Sim	Dalton Cabral	Sim	Fernando Velasco	Sim	Ibere Ferreira	Sim	José Carlos Coutinho	Não	Lourival Baptista	Sim	Paulo Marques	Sim	Ruy Bacelar	Não
Aivaldo Gomes	Não	Arnaldo Faria de Sá	Sim	Darcy Delgado	Sim	Fernando de Castro	Não	João Pinheiro	Não	José Carlos Greco	Não	Luciano Fraga	Sim	Ruy Nadiel	Não	Teodoro Mendes	Não
Adauto Pereira	Sim	Arnaldo Marins	Sim	Darcy Pizaz	Sim	Flavio Palmira da Veiga	Sim	Inocencio Oliveira	Sim	José Carlos Martinez	Não	Lucy Viana	Sim	Sadie Hauache	Sim	Victor Fontana	Não
Ademir Andrade	Não	Arnaldo Moraes	Sim	Davi Coimbra	Sim	Flavio Rocha	Sim	Iraja Rodrigues	Não	José Carlos Saboia	Não	Lucio Alcantara	Não	Solange Carvalho	Sim	Victor Fontana	Não
Adenor de Barros Filho	Sim	Arnaldo Prieto	Sim	Davi Alves Silva	Sim	Forestan Fernandes	Sim	Iram Saraiva	Não	José Carlos Vasconcelos	Não	Luiz Eduardo	Sim	Samir Achou	Sim	Victor Fontana	Não
Adolfo Oliveira	Sim	Arnaldo Fereswanti	Não	Del Bosco Amaral	Sim	Fernando Pinedo	Sim	Jadson de Siqueira Junior	Sim	José Costa	Não	Luiz Roberto Pontes	obstinação	Sandro Cavalcanti	Não	Wagner Lago	Não
Adriano Streck	Não	Artur de Oliveira	Sim	Defim Neto	Não	Franco Teixeira	Não	Jairton Passos	Sim	José da Conceição	Sim	Luiz Alberto Rodrigues	Sim	Santinho Furtado	Sim	Wagner Lago	Não
Adylson Matta	Não	Artur Werner	Não	Delfino Braz	Não	Francisco Amaral	Sim	Imno Wanderley	Sim	José Dutra	Sim	Luiz Gushkin	Sim	Sergio Berto	Sim	Wagner Lago	Não
Alcides de Borja	Sim	Artur da Távola	Não	Denisar Armeiro	Sim	Francisco Benjamin	Sim	Itamar Franco	Não	José Egraja	Sim	Luiz Indício Lulo da Silva	Sim	Sergio Berto	Sim	Wagner Lago	Não
Alcino Neves	Não	Assis Camargo	Sim	Dionisio Dal Pra	Sim	Francisco Carneiro	Sim	Ivo Cerrosano	Sim	José Elias	Sim	Luiz Feres	Sim	Sergio Spada	Não	Wagner Lago	Não
Alfonso Pacheco	Sim	Assis Camargo	Sim	Dionisio Dal Pra	Sim	Francisco Carneiro	Sim	Ivo Cerrosano	Sim	José Elias	Sim	Luiz Feres	Sim	Sergio Spada	Não	Wagner Lago	Não
Alfonso Pacheco	Sim	Assis Camargo	Sim	Dionisio Dal Pra	Sim	Francisco Carneiro	Sim	Ivo Cerrosano	Sim	José Elias	Sim	Luiz Feres	Sim	Sergio Spada	Não	Wagner Lago	Não
Alfonso Pacheco	Sim	Assis Camargo	Sim	Dionisio Dal Pra	Sim	Francisco Carneiro	Sim	Ivo Cerrosano	Sim	José Elias	Sim	Luiz Feres	Sim	Sergio Spada	Não	Wagner Lago	Não